Fortalecimento da Agricultura Familiar Sustentável e a Relação com os ODS: O Projeto Compartilhar

Strengthening Sustainable Family Agriculture and the Relationship with the SDG: The Project Share.

Lidiane Kasper^{1*}, Patrícia Rodrigues da Silva², Maria Margarete Baccin Brizolla², Ademir Ribeiro do Amaral³, Felipe Eich³, Jorge Oneide Sausen², Daniel Knebel Baggio², Nedisson Luis Gessi⁴

RESUMO

Este estudo tem por objetivo, analisar como a implementação de estratégias compartilhadas entre as Instituições parceiras e os agricultores familiares contribuem para o desenvolvimento regional sustentável, sob prisma dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, tendo como caso de estudo o Projeto Compartilhar, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Em termos metodológicos, a pesquisa situa-se como descritiva e qualitativa, tendo como procedimentos utilizados a pesquisa documental e de campo. Quanto aos resultados, o Projeto Compartilhar teve início no segundo semestre de 2020, com a participação de 18 Jovens, sendo estes oriundos de outros programas/atividades sociais realizadas na região, destacando a realização de articulações e cooperações entre diferente atores, além de mostrar-se uma iniciativa de fomento à agricultura familiar da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, em termos de produção sustentável de alimentos e incentivo de emprego e renda, através da sucessão rural, indo ao encontro do segundo e oitavo ODS.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Sustentável; Agroecologia.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the implementation of shared strategies between partner institutions and family farmers contribute to development sustainable regional, under the prism of the Sustainable Development Goals - SDG, having as a case study, the Share Project, in the Northwest of the State of Rio Grande do Sul. In methodological terms, the research is situated as descriptive and qualitative, having as procedures used documental and field research. As for the results, the Sharing Project began in the second half of 2020, with the participation of 18 young people, coming from other social programs/activities carried out in the region, highlighting the realization of articulations and cooperation between different actors, in addition to being an initiative to promote family farming in the Northwest Frontier region of Rio Grande of the South, in terms of sustainable food production and employment and income incentives, through rural succession, meeting the second and eighth SDGs

Keywords: Family Farming. Sustainable Development. Agroecology.

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

*E-mail: lidianekasper@gmail.com

² Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

³ Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa

⁴ Fundação Educacional Machado de Assis.

INTRODUÇÃO

Discussões em torno da produção de alimentos com qualidade, por meio de processos produtivos sustentáveis e economicamente inclusivos representam um desafio de nível global (PREISS; DEPONTI, 2020), assumido relevância nas discussões da agenda acadêmica, social e política, diante de um cenário de crescimento da urbanização e dos efeitos provenientes das alterações climáticas (PREISS; VASCONCELLOS; SCHNEIDER, 2018).

A crescente preocupação em torno dos recursos naturais e o futuro a ser deixado para as gerações vindouras, aliando crescimento econômico e uso sustentável dos recursos naturais, traz à tona o conceito de desenvolvimento sustentável (MAIA, 2002).

As discussões nacional e internacional em torno do desenvolvimento sustentável se intensificam a partir de 1970, quando se começa a atentar sobre os modelos de desenvolvimento focados em crescimento econômico, e sobre os resultados do uso desenfreado dos recursos naturais (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019). A partir deste momento diversos encontros foram realizados entre as nações do mundo todo para discutir a relação entre seres humanos e natureza, e propor alternativas e estratégias diante dos problemas socioeconômicos e ambientais (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019).

Assim, como alternativa frente aos desafios de nível mundial, foram definidos em 2015, pela Organização das Nações Unidas (ONU), os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas respectivas metas, e que fazem parte da Agenda 2030 (ONU, 2016; PREISS; VASCONCELLOS; SCHNEIDER, 2018). Dentre os 17 objetivos estratégicos definidos no plano de ações da ONU, pelos menos sete deles (Objetivos 1: Erradicação da pobreza; Objetivo 2: Fome zero e agricultura sustentável; Objetivo 6: Água potável e saneamento; Objetivo 7: Energia limpa e acessível, Objetivo 12: Consumo e produção responsáveis; Objetivo 13: Ação contra a mudança global do clima; e, Objetivo 14: Vida na água) possuem alguma relação com as questões agrícolas e alimentares, reforçando a necessidade de atenção e a promoção de mudanças neste meio, contribuindo nos resultados a serem alcançados até 2030 (PREISS; VASCONCELLOS; SCHNEIDER, 2018).

Saraiva-Matus e Aguirre (2019) corroboram neste sentido ao citar que dentre os 17 ODS, e das suas 169 metas, cerca de 78% delas tem alguma relação com as ações

realizadas em territórios rurais do mundo, destacando estes espaços como importantes para o alcance dos ODS e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável.

Assim, observa-se uma preocupação com os desafios ambientais em nível global (FAO, 2018) e seu alinhamento com o desenvolvimento das atividades em territórios rurais (PREISS; VASCONCELLOS; SCHNEIDER, 2018; SARAIVA-MATUS; AGUIRRE, 2019), uma vez que a agricultura, como fornecedora de alimentos interliga relações entre sociedade, economia e mundo natural, assumindo papel fundamental no desenvolvimento sustentável (KANTER *et al.*, 2016).

A agricultura, por meio da produção de alimentos sustentáveis, tem potencial para transformar a paisagem rural, promovendo o crescimento inclusivo para os países, além da capacidade de impulsionar mudanças positivas frente aos ODS e em toda a Agenda 2030 (FAO, 2018). Nesse sentido, é fundamental uma abordagem integrada entre produtividade e sustentabilidade, com participação de atores públicos e privados, engajados em políticas que impulsionam mudanças positivas no meio e promovam soluções de desenvolvimento (BRAUN; GHOSH, 2020).

Aliado a isto os ODS podem ser entendidos como uma referência para a criação de políticas públicas, envolvimento de ações da sociedade e iniciativa privada, cujo foco seja a produção de alimentos de forma sustentável, social e adequadas à saúde da população (PREISS; VASCONCELLOS; SCHNEIDER, 2018).

Neste viés, dada a importância da agricultura de base sustentável e a necessidade de engajamentos e ações para o fortalecimento deste processo, este estudo tem por objetivo, analisar como a implementação de estratégias compartilhadas entre as Instituições parceiras e os agricultores familiares, contribuem para o desenvolvimento regional sustentável, sob prisma dos ODS, tendo como caso de estudo o Projeto Compartilhar, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O projeto Compartilhar teve início em outubro de 2020, estendendo-se até outubro de 2021, período que representou a primeira fase do projeto, com foco na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de parcerias firmadas entre a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Fronteira Noroeste (COOPERLUZ), proponente do projeto e a Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa (AREDE), executora do projeto. Destaca-se que a COOPERLUZ, como promotora do projeto realizou aporte financeiro inicial, para viabilizar a execução do projeto. Dentre as estratégias propostas pelo Projeto Compartilha, destacam-se o

atendimento a jovens pertencentes a famílias rurais da região citada, muitos estando em situação de vulnerabilidade social, por meio de assessorias técnicas e fomento produtivo sustentável, oportunizando a essas famílias, geração de renda e a continuidade de suas atividades com a sucessão rural (COOPERLUZ, 2020).

A escolha da temática abordada neste estudo se justifica pela demanda em torno de discussões sobre as questões sustentáveis e, como citado por Brum *et al.* (2021), pela necessidade de estudos que retratem a importância dos ODS em todas as cadeias produtivas e, de forma especial, sobre o combate à fome e a miséria por meio da prática da agricultura de base sustentável.

Para tanto, o trabalho foi organizado em 5 seções para melhor entendimento. A introdução apresenta a contextualização da temática, o objetivo central do estudo bem como a justificativa para sua escolha. Na sequência, é abordada a revisão da literatura, com ênfase ao desenvolvimento regional e os objetivos do desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e produção orgânica e, de modo específico, o projeto compartilhar. No próximo tópico estão descritos os procedimentos metodológicos adotados para alcançar o objetivo proposto. Após, faz-se a análise e descrição dos resultados da pesquisa. Por fim, apresenta-se as considerações finais em relação ao estudo desenvolvido, limitações e a proposição para trabalhos futuros.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Desenvolvimento Regional e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Pensar em desenvolvimento nos remete a um processo complexo que envolve diferentes escalas e dimensões (BRANDÃO, 2014), mas que, conforme Oliveira e Lima (2003), nos direciona a pensar inicialmente na participação da sociedade local nas distintas etapas de planejamento dos espaços, sua ocupação, bem como na distribuição dos resultados provenientes desta dinâmica.

Aliado a isso, Assis (2006, p. 85) destaca que a base local e regional também é referência para se implementar o desenvolvimento sustentável, “porque é nessas instâncias que se pode contrapor alguma espécie de controle social legitimamente instituído à capacidade de influência do grande capital”.

Neste viés, dentre as definições de desenvolvimento sustentável presentes no relatório Nosso Futuro Comum destaca-se o entendimento de que o “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a

possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46).

Foi com a ideia de atender as necessidades presentes sem comprometer as das próximas gerações que o desenvolvimento sustentável passou a ser discutido e incorporado pela comunidade internacional, momento em que a ONU assume, em 1987, e se propõe que o desenvolvimento sustentável passe a se tornar norteador das ações governamentais e não governamentais (VEIGA, 2015).

Diante dos principais desafios de desenvolvimento sustentável que são enfrentados e precisam ser superados no Brasil e no mundo, foram definidos, no ano de 2015, pelos Estados-Membros das Nações Unidas, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com suas respectivas suas metas, que integram a Agenda 2030 (ONU, 2016, p. 15):

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos

Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos

Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Dos 17 objetivos apresentados, as atividades agrícolas e as questões alimentares são identificadas em pelo menos sete deles (PREISS; VASCONCELLOS; SCHNEIDER, 2018), assim como dentre as 169 metas, cerca de 78% delas possuem relação com as ações realizadas em territórios rurais do mundo, destacando a participação destes espaços no alcance dos ODS (SARAIVA-MATOS; AGUIRRE, 2019).

Assim, de forma mais específica, neste estudo, serão explorados os objetivos 2 e 8 dos ODS, sendo o Objetivo 2 que visa “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016, p. 15), e o objetivo 8, que visa “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016, p. 15), considerando sua interconexão com o Projeto Compartilhar.

1.2 Agricultura Familiar e Produção Orgânica

A agricultura familiar, como é conhecida hoje, se desenvolveu na década de noventa, onde o tamanho da propriedade deixou de ser o principal divisor das classes de produtores e sim levou em conta a forma de produção como característica diferencial entre agricultura patronal e agricultura familiar (MAIA, 2008).

Segundo Abramovay (2002) a agricultura familiar refere-se a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e os trabalhos realizados nela estão ligados à família, sendo, portanto, a administração e trabalho familiar duas características importantes, destes empreendimentos familiares.

No Brasil, a agricultura familiar tem participação representativa na produção dos alimentos levados à mesa da população, bem como, representa 77% dos estabelecimentos agropecuários, empregam 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária, ao passo que detém 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, levantados pelo Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Dado o papel da agricultura familiar na segurança alimentar, oportunidade de trabalho no campo e preocupação com a conservação dos recursos naturais, tornam a agricultura familiar e a sustentabilidade ainda mais próximas (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019). Veiga (1996, p. 388) destaca que “tanto a

agricultura como a produção alimentar tendem a ser cada vez mais influenciadas por um conjunto de pressões que emanam de seu relacionamento com o meio ambiente”.

Neste sentido, uma das estratégias de aproximação da agricultura familiar e a sustentabilidade se dá através da produção orgânica, pois favorece a diversidade biológica que acaba gerando um impulso no padrão alimentar das famílias, além de manter a qualidade da água, dos solos e também dos produtos que serão consumidos pelo agricultor e também pelos consumidores (SEBRAE, 2010). Para que os produtos fornecidos pelos produtores rurais sejam valorizados, e que estabeleçam maior confiança com o consumidor, a busca pela a certificação torna-se importante, pois ela garante que esse alimento foi produzido sem contaminação química, e que a produção respeita o meio ambiente e também o trabalhador (BRASILBIO, 2011).

A agricultura orgânica é uma prática agrícola que se preocupa com a saúde dos seres humanos, animais e plantas, através do uso e aproveitamento, consciente, dos recursos naturais não renováveis, respeito a natureza, diversificação de culturas, manejo do solo e independência dos sistemas de produção, alinhando biodiversidade, preservação do meio ambiente, desenvolvimento econômico e qualidade de vida (SEBRAE, 2010). Pensando na segurança alimentar, através de uma agricultura sustentável, e na geração de emprego, renda e sucessão rural, o Projeto Compartilhar foi proposto, em 2020, pela COOPERLUZ, tendo como executora deste projeto, a AREDE

1.3 O Projeto Compartilhar

O projeto Compartilhar nasceu de uma iniciativa da COOPERLUZ, cooperativa esta que foi fundada em 1970, atua no ramo de infraestrutura, em 15 municípios da região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e tem como objetivo social principal, adquirir energia elétrica e distribuir aos seus associados (COOPERLUZ, 2020a). Dentre seus valores estabelecidos, está a preocupação e compromisso com o desenvolvimento regional, sendo a cooperativa e a energia elétrica meios de promoção do desenvolvimento dos associados e da comunidade (COOPERLUZ, 2020a).

Tendo como executora deste projeto, a AREDE, fundada no ano de 2001, é uma entidade de apoio à promoção do desenvolvimento regional sustentável. Conjuntamente com as cooperativas, movimentos sindicais e igrejas, vem realizando trabalhos que contemplam famílias e comunidades rurais, escolas e outros diversos movimentos do

campo, buscando por meio da educação e da intercooperação construir alternativas viáveis para o desenvolvimento sustentável da região.

Como mencionado, a primeira fase do projeto Compartilhar teve início em outubro de 2020, e término em outubro de 2021 com o objetivo de atender famílias rurais, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, pertencentes da região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, por meio da oferta de assessorias técnicas para o fomento produtivo, oportunizando a estas famílias a geração de renda e a sucessão rural (COOPERLUZ, 2020).

Os processos iniciais de mobilização em torno do Projeto Compartilhar ocorreram a partir de estratégias compartilhadas entre a Instituição Proponente (COOPERLUZ) e a executora do projeto Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa (AREDE), a partir de ações já desenvolvidas em âmbito regional com os jovens, sendo estes oriundos de programas/atividades sociais realizadas pelas instituições, como a Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Filhos da Terra e o Projeto Jovem Empreendedor Rural.

Com o objetivo de atender 20 jovens do meio rural, em sua primeira fase de execução o Projeto contou com 18 participantes, residentes em municípios pertencentes à região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, quais sejam: Alecrim, Cândido Godói, Porto Lucena, Porto Vera Cruz e Campina das Missões.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a proposta do estudo que é analisar como a implementação dessas estratégias compartilhadas entre as Instituições parceiras e os agricultores familiares, contribuem para o desenvolvimento regional e sustentável, o marco metodológico deste estudo situa-se, quanto aos objetivos, como pesquisa descritiva, quanto aos procedimentos tem-se uma pesquisa documental e de campo. Por fim, quanto à abordagem do problema, a pesquisa é classificada como qualitativa.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), as pesquisas descritivas buscam especificar características importantes sobre determinados contextos ou situações visando descrever as dimensões da situação analisada. Em relação a abordagem do problema, o estudo é de natureza qualitativa pois busca compreender e aprofundar os fenômenos, sob perspectiva dos participantes em relação ao contexto (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

No que se refere aos procedimentos utilizados o estudo é classificado como documental, que segundo Martins e Theóphilo (2009) representa uma fonte de dados e informações primárias que subsidiam o pesquisador em uma melhor compreensão do estudo. Portanto, foi realizado o levantamento de materiais, como Contrato de Execução do Projeto, firmado entre a COOPERLUZ e a AREDE, bem como relatórios elaborados pela Instituição executora.

Também utilizou-se a pesquisa de campo para coleta de informações sobre o Projeto Compartilhar e que respondessem ao objetivo proposto. Conforme Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa de campo é utilizada para conseguir informações e/ou conhecimentos sobre determinada questão que se busca responder, comprovar hipóteses ou descobrir fenômenos.

Como roteiro de entrevista, foram norteadores três blocos de perguntas, respondidos pela executora do Projeto - AREDE -, sendo o primeiro correspondente a identificação dos parceiros do Projeto; no segundo bloco, foram levantados dados sobre a execução do Projeto, tais como: objetivos do projeto, início da execução, quantitativo de participantes, área de abrangência e, por fim, o terceiro bloco de perguntas direcionou-se ao andamento e resultados observados sobre o Projeto.

Realizada a coleta de dados, a etapa seguinte foi pautada pela análise de conteúdo, que segundo Bardin (2016) compreende um conjunto de técnicas e formas de interpretação das comunicações. Na proposta de Bardin (2016) apresenta-se a análise a partir de três fases, sendo a primeira a pró-análise que compreende a organização, leituras e escolha dos documentos, seguindo para a fase de exploração do material e, por último, a fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, sendo transcritas nos tópicos a seguir, com relatos sobre o Projeto, resultados e perspectivas em relação a sua continuidade.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As atividades iniciais de mobilização dos jovens e suas famílias para compor o Projeto Compartilhar, foram realizadas com a construção das parcerias junto a cooperativas locais, presentes em cada município da região, como um dos resultados esperados pelo projeto. Por meio da construção que se busca junto às cooperativas locais visa-se a aproximação do jovem para dentro delas, bem como a relação de compra e venda dos insumos e produtos oriundos das atividades agrícolas realizadas por estes. Além

disso, essa relação ressalta um fator importante para dentro desses processos, o fortalecimento da economia local e os princípios do cooperativismo, visto que os insumos utilizados para a produção foram oriundos das cooperativas e, posteriormente, a produção dos beneficiários será comercializada nos espaços disponibilizados por elas.

Para a realização das atividades agrícolas junto às propriedades rurais familiares dos jovens atendidos pelo projeto, partiu-se de uma lógica de disponibilizar os mesmos insumos para todos os beneficiários, contudo, para aqueles que já apresentavam interesse específico em determinada cultura desenvolveu-se um plano de atividades voltado para aquela produção.

Aliado a isso, a assistência técnica realizada teve como foco fomentar a produção sustentável, para isso, todos os insumos disponibilizados para a produção são biológicos, enquanto as sementes e mudas, quando não encontradas em agricultores com produção orgânica ou em guardiões de sementes, optou-se por materiais convencionais, porém com o cuidado para não serem materiais geneticamente modificados.

Ainda, destaca-se neste processo a assistência técnica como um espaço educativo, técnicos (as) são os motivadores para busca de melhores ações, assim como explica Gadotti (1983. p, 40) em relação a assistência técnica que “tem por missão essencial trabalhar pela libertação dos homens não só através de palavras, mas também através de uma prática libertadora”. Ademais, a assistência técnica tem o papel de contribuir para que estes jovens tenham condições de planejar as atividades de produção com uma tecnologia que possa gerar alimentos com qualidade e quantidade adequada ao sistema de produção.

O acompanhamento estendido aos jovens, agricultores familiares, também consiste em incentivar a prática de uma agricultura que valorize as relações entre os seres vivos, respeitando suas comunidades e o meio ambiente, sabendo que neste espaço territorial é possível viver bem e ser feliz. Tal prática vai ao encontro do esperado pelo Objetivo 2 dos ODS, através do incentivo estendido aos jovens para a realização e promoção da agricultura sustentável.

Outra prática importante, realizada a partir da assistência técnica, se dá quanto ao protagonismo do jovem, o diálogo ocorre de forma conjunta com a família, porém deixa explícito que essa atividade é de responsabilidade do jovem. Quanto às visitas, estas ocorrem ao menos uma vez ao mês, visando repassar orientações sobre organização da área, planejamento da produção, disponibilidade de insumos, acompanhamento e

avaliação em termos de desenvolvimento das áreas de produção, bem como o protagonismo dos jovens nestas atividades.

A permanência dos jovens no meio rural requer espaço de trabalho e também de decisão conjuntamente dos familiares, sendo que estas atividades práticas a serem resolvidas demandam organização: “A prática e a reflexão sobre a prática levou a incorporar outra categoria não menos importante: a da organização. Afinal, não basta estar consciente, é preciso organizar-se para poder transformar” (GADOTTI, 1998, p. 306). Assim os jovens vão construindo suas afirmações, seja no conhecimento tecnológico de produção, seja na organização produtiva e/ou nas suas relações com as demais atividades, incluindo os espaços organizativos e econômicos de suas comunidades, alinhando-se com o Objetivo 8 dos ODS, através da oportunidade de emprego, renda e promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável.

Em termos de produção, os resultados das ações e atividades desenvolvidas a partir do projeto, começam a ser percebidos transcorridos seis meses do seu início, onde foram realizadas atividades de plantio, colheita e comercialização de alguns dos produtos já cultivados. A relação de cultivares já produzidas e comercializadas pelos participantes do Projeto, no primeiro semestre de sua execução, podem ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Relação de produtos produzidos e comercializados pelos participantes

	Tipo	Unidade de medida	Quantidade
Frutas	Melancia	Unidade	120
	Uva	Kg	100
	Jaboticaba	Kg	60
Grãos	Milho	Saco	10
	Amendoim	Kg	90
	Feijão	Kg	80
Hortaliças (tubérculos, hortaliças frutos)	Batata Doce	Kg	780
	Alho	Kg	50
	Tomate	Kg	400
	Morango	Kg	45
	Repolho	Kg	80
	Beterraba	Kg	60
	Pepino	Kg	35

Fonte: Autores (2021)

Destaca-se que a gama de produtos e a respectiva quantidade (Quadro 1) referem-se à produção de 5 participantes, sendo que os demais, quando da realização deste

estudo, ainda encontravam-se na fase de acompanhamento e/ou organização das terras para semeadura ou, ainda, na fase pré-colheita, indicando que as quantidades e/ou tipos de produtos ainda podem ser superiores, se considerado todo período de execução do projeto.

A partir da análise dos resultados apresentados no Quadro 1, observa-se uma diversidade em termos de produtos (13 cultivares), fator que chama a atenção e mostra-se uma oportunidade, especialmente pelo fato da região em estudo importar boa parte destes produtos para atender a demanda do mercado, como citado em entrevista. Embora a região seja essencialmente agrícola, ainda existe a necessidade da busca de alimentos provenientes de outras regiões, sendo que diante deste cenário o projeto tem potencial para ser um aliado no estímulo à produção de alimentos localmente, aliado ao aspecto da produção de alimentos com base nos princípios da agroecologia, corroborando com os ODS 2 e 8.

Em termos de comercialização destes produtos, na sua grande maioria, ocorreram no próprio local de produção e/ou através das cooperativas municipais parceiras, a partir da venda direta ao consumidor final. Ambas as práticas de vendas locais representam formas que se destacam sob diversos aspectos, tanto para quem produz como para quem adquire os alimentos, considerando que evita a circulação dos alimentos e a perda das qualidades nutricionais destes.

Para os casos onde ocorreram excedentes de produtos nos locais de comercialização, estes foram direcionados à sede da AREDE, que realizou a divulgação por meio das redes sociais, com apresentação do Projeto em termos de relatos e fotos da produção, sendo possível a realização de pedidos, reservas e retirada dos produtos no local indicado.

A visitação periódica às famílias dos jovens, por meio do acompanhamento das ações realizadas, visa transmitir maior segurança e comprometimento com a sustentabilidade destes empreendimentos rurais familiares. Paralelo a esse acompanhamento, realiza-se a mobilização de mais jovens a integrarem o projeto. Essa mobilização ocorre com auxílio dos próprios beneficiários do projeto, que em seu círculo de amigos promovem essa divulgação e despertam o interesse de novos ingressantes.

Neste quesito o Projeto, na busca pela ampliação de seus horizontes em termos de participantes, já tem sua fase dois formalizada, com o cadastro de novos participantes, e que são incentivados a compartilharem das ações promovidas. Na segunda fase do

Projeto, que compreender o período de dezembro de 2021 até dezembro de 2022, além de 22 novos integrantes, conta com novas parcerias em termos de colaboradores, ampliação das culturas a serem produzidas pelos agricultores, e novos municípios atendidos.

Assim, o Projeto Compartilhar busca o incentivo aos Jovens e a continuidade das atividades no meio rural, por meio da sucessão familiar, visando práticas produtivas com base nos princípios da agroecologia, onde é possível produzir alimentos com qualidade sem agredir ao meio ambiente e gerar renda, como também o estabelecimento de laços mais consistentes nas relações de parcerias e de ações cooperadas em prol de melhor qualidade de vida e de desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a importância do fomento à agricultura familiar, permanece o desafio de avançar no sentido de constituir relações de abastecimentos que sigam os princípios da sustentabilidade, cooperação e solidariedade, tanto entre quem produz alimentos e os que necessitam dos alimentos, estabelecendo acordos e práticas de partilha da produção e alimentação. Assim, dando passos para uma outra lógica de venda, beneficiando agricultores familiares, e neste caso os jovens, estendendo oportunidades de novas formas de produção e comercialização.

Assim, o estudo teve por objetivo analisar como a implementação de estratégias compartilhadas entre as Instituições parceiras e os agricultores familiares, contribuem para o desenvolvimento regional sustentável, sob prisma dos ODS, tendo como caso de estudo o Projeto Compartilhar, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Observaram-se contribuições e avanços possíveis na articulação entre os diferentes atores em forma de redes de cooperação. No caso específico do Projeto Compartilhar, formado pelas instituições proponente, executora, parceiros e beneficiários, têm se mostrado uma iniciativa de fomento à agricultura familiar da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, em termos de produção sustentável de alimentos e incentivo de emprego e renda, através da sucessão rural, indo ao encontro dos ODS 2 e 8.

A adoção de tecnologias e a prática da agroecologia mostram-se como desafios da agricultura sendo, portanto, um incentivo para os jovens integrantes do Projeto, que

realizam a produção de alimentos com base nestes princípios, mostrando que é possível produzir alimentos com qualidade sem agredir ao meio ambiente, gerando renda.

Os resultados primários da fase um do Projeto Compartilhar apontam para avanços no campo social, por meio da integração dos jovens e suas famílias, comunidades e meio em que estão inseridos, além do mais, em termos ambientais por incentivar os princípios da agroecologia e, também, econômico em termos de produção e comercialização dos produtos, que contribuíram na melhoria da renda das famílias beneficiárias.

Com isso entende-se que a implementação dessas estratégias compartilhadas entre as Instituições parceiras e os agricultores familiares, contribuem para o desenvolvimento regional e sustentável considerando que, além de representar uma alternativa de produção e comercialização de alimentos com fomento a economia local e regional, tem contribuído na promoção do crescimento sustentado, inclusivo e sustentável, com participação e incentivo dos jovens agricultores, através da produção de alimentos com qualidade, que seguem princípios da agroecologia e que geram emprego e renda para as famílias.

Por fim, o estudo pautou-se em analisar a prática da agricultura familiar sustentável, a relação com os ODS, limitando-se ao âmbito do projeto em sua primeira fase, sendo interessante analisar sua continuidade, bem como suas repercussões em termos de impactos no desenvolvimento local e regional, ficando como sugestão para um novo estudo.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Econ. Aplic.**, 10(1): p. 75-89, jan-mar. 2006.

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais - conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Empraba/Cirad/UFPB, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016

BRANDÃO, C. Sobre desenvolvimento, planejamento e desafios para a pactuação multiescalar no federalismo brasileiro. In: MONTEIRO NETO, Aristides. **Governos Estaduais no Federalismo Brasileiro**. Brasília, IPEA, 2014, pág. 213-232.

- BRASILBIO – Associação Brasileira de Orgânicos. **Vantagens dos produtos orgânicos**. 2011 Disponível em:
<<http://www.brasilbio.com.br/pt/orgânicos/vantagens/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- BRAUN, G.; GHOSH, K. **Transforming food and agriculture to achieve the Sustainable Development Goals (SDGs)** - Good practices from FAO/GEF projects around the world. Rome, FAO. 2020.
- BRUM, A. L.; FAGUNDES, M.A.B.; SAUSEN, J.O.; CASALI, M. S.; BRIZOLLA, M.M. B. As práticas sustentáveis na cadeia produtiva do leite e os objetivos de desenvolvimento sustentável: um panorama do estado do Rio Grande do Sul. **Revista Campo-Território**, 16, p.31-65, 2021.
- BRUNDTLAND, G.H. **Nosso futuro comum**: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste. **Projeto Compartilhar**. Contrato/Convênio. Santa Rosa, 2020.
- ____. **Quem somos**. Santa Rosa, 2020a. Disponível em:
<<https://www.cooperluz.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 04 mai. 2021
- FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Transforming Food And Agriculture To Achieve The SDGs**. Rome, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i9900en/i9900en.pdf>> . Acesso em: 20 jul. 2021.
- GADOTT, M. **Educação e poder introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1983.
- GADOTT, M. **Pedagogia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 1998.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Definitivos. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019.
- KANTER, D. R.; MUSAMBA, M.; WOOD, S. L.R; PALM, C.; ANTEL, J.; BALVANERA, P.; DALE, V.H.; HAVLIK, P.; KLINE, K.L.; SCHOLLES, R.J.; THORNTON, P.; TITTONELL, P.; ANDELMAN, S. Evaluating agricultural trade-offs in the age of sustainable development. **Agricultural Systems**. 2016.
- MAIA, W.N.P. **Seguro da agricultura familiar**: identificação de limites e propostas para sua sustentabilidade a partir da teoria da assimetria de informação. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- MAIA, A. G. **Valoração de recursos ambientais**. 2002. 183f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - UNICAMP, Campinas, 2002.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica** 1. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.
- MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. Ed. São Paulo: Atlas. 2009.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 05 de mai. 2021.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento regional. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez.. 2003.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nações Unidas no Brasil. 2016. Disponível em: <[undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf](#)>. Acesso em: 05 de mai. 2021.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M.P.; WIZNIEWSKY, J.G. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável** [recurso eletrônico]. – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019.

PREISS, P. V.; DEPONTI, C.M. Reflexões sobre o potencial da realocação alimentar para o desenvolvimento regional. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DEPONTI, Cidonea Machado (Org). **Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 350p.

PREISS, P.; VASCONCELLOS, F. C. F.; SCHNEIDER, S. Agricultura e alimentação para o século 21 - novas referências, desafios e perspectivas. *In: DE DAVID, L. et al .* (Org.). **Agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental: relatório verde 2018.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018. p. 37-58.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P.B. **Metodologia de Pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SARAIVA-MATUS, S.L., AGUIRRE, P. **Lo rural y el desarrollo sostenible en ALC.** 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América latina y el Caribe. Santiago, Chile, n° 3. 2019.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O que é agricultura orgânica.** 2010. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/espírito-santo/areas-deatuacao/agro/agriculturaorganica/integra_bia?ident_unico=1211>. Acesso em: 13 jul. 2021.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia.** Brasília: v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora 34, 2015.

Recebido em: 18/03/2022

Aprovado em: 25/04/2022

Publicado em: 29/04/2022